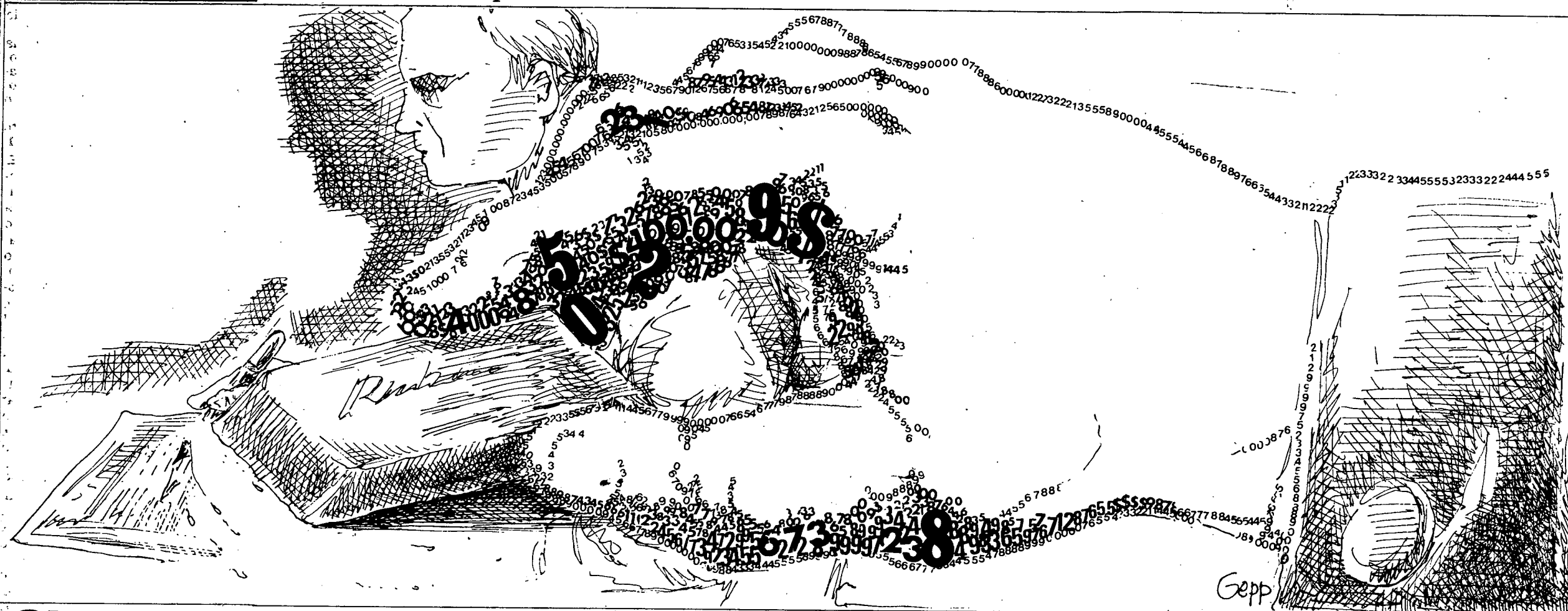


**A República Socialista
Soviética do Brasil**



A **Eletrosul** — Centrais Elétricas do Sul do Brasil — deu lucro de quase 700 milhões de cruzeiros em 81, mas quando o Tribunal de Contas da União foi analisar seu balanço percebeu que em vez de lucro havia um prejuízo de 69 bilhões de cruzeiros. E ela não foi a única a transformar prejuízos em lucros, e distribuir como dividendos o seu próprio patrimônio. O general Alencastro e Silva — presidente do **Sistema Telebrás** — usou da mesma manobra e quando o TCU rejeitou a prática dos lucros inflacionários, dirigiu-se aos ministros do Tribunal solicitando a revisão do parecer. Com quase 500 empresas e um orçamento de 33 trilhões de cruzeiros para este ano, é quase impossível que a **SEST** — Secretaria de Controle das Empresas Estatais — consiga evitar esses abusos. Mas vem aí um novo sistema de fiscalização. Por Fernando Portela e Vital Battaglia (reportagem e coordenação), Rodrigo L. Mesquita (coordenação e edição), sucursais e correspondentes.



Como enganar a SEST. E a nós.

O lucro da empresa, em 1979, atingiu a cifra de 156 milhões de cruzeiros, em 1980, pulou para 310 milhões e em 1981, 690 milhões. Até os empregados duvidaram, mas quando receberam sua parcela pela excelente performance da **Eletrosul** — Centrais Elétricas do Sul do Brasil — e passaram a informar para amigos, todos elogiaram o Estado-empresário, que, apesar da terrível crise, conseguiu mostrar a sua eficiência.

Os que analisaram as contas dessa empresa estatal, os ministros do Tribunal de Contas da União descobriram uma das práticas mais escandalosas de uma empresa: a da correção do ativo, com a correção monetária, de forma a transformar o déficit de balanço em superávit, isto é, transformar em lucro, horribles prejuízos, cognominados de **lucro-inflacionário**.

Na verdade, a **Eletrosul** e seus incompetentes administradores provocaram um prejuízo — que era de 4,3 bilhões em 1978 — de 24,9 bilhões em 1980; 69,1 bilhões de cruzeiros em 1981; e dessa forma, o capital de giro líquido decresceu (em valores reais) de 457 milhões de cruzeiros em 1978, para 1,3 bilhão em 1979; 6,1 bilhões em 1980. Uma boa demonstração disso é o endividamento da empresa, que era de 18,5 bilhões em 1978 e alcançou os 77,9 bilhões em 1980. Passando para 163,5 bilhões de cruzeiros em 1981.

Lucros. Que lucros?

E, apesar de tudo isso, os senhores das estatais da **Eletrosul** distribuíram lucro, que no entendimento do Tribunal de Contas da União não era lucro: estavam distribuindo o seu próprio patrimônio.

Enganam-se aqueles que pensam que a **Eletrosul** foi a única a usar essa prática, que, se não pode

ser denunciada como desonesta, pode ser tachada de imoral.

Furnas Centrais Elétricas também deu lucro, isto é, distribuiu seu patrimônio. Na verdade, os prejuízos de 79, da ordem de 25 bilhões de cruzeiros, foram multiplicados para 66 bilhões em 80 e 226 bilhões em 81; e os lucros distribuídos nesses anos foram — respectivamente — de 820,8 milhões, 1.657 milhões e 3,3 bilhões de cruzeiros.

A explicação de seus administradores ao Tribunal de Contas da União para a distribuição dos lucros, neste caso, ainda foi alicerçada pelo disposto em seu Estatuto Social, artigo 27, que torna legítima a participação de seus empregados nos lucros, independente dos fatos, procedimentos ou circunstâncias que os geraram.

O máximo que o TCU pôde fazer foi rejeitar o argumento.

A Companhia de Eletricidade de Manaus, incorporada à **Eletrosul** em dezembro de 1980 e cujo balanço de incorporação discriminava um prejuízo de 557,133 milhões de cruzeiros, também apresentou um lucro nominal da ordem de 171.654 milhões, dos quais, mais de 35 milhões foram destinados à participação dos empregados.

Em tempo, o Tribunal de Contas da União descobriu que, ao prejuízo inicial, somou-se a correção monetária de 728.787 milhões. E tudo isso para transformar o verdadeiro balanço em preto. Evidentemente, o TCU obrigou a **Eletrosul** a arcar com o compromisso.

Os administradores da **Telebrás** gostaram da prática de suas irmãs e também queriam transformar prejuízos em lucros inflacionários. O presidente do sistema, general Alencastro e Silva, chegou a solicitar ao TCU revisão de sua posição, para permitir a continuidade dessa prática. O Tribunal,

além de negar o pedido do general, ainda recomendou à **SEST** a proibição desse procedimento em todas as demais estatais.

O que não se sabe é se a **SEST** atenderá a recomendação do TCU. No último mês de março, o ministro Luciano Brandão Alves de Souza encaminhou ofício à Secretaria de Planejamento solicitando a relação de "órgãos" e entidades, da administração federal que não estavam cumprindo o disposto no Decreto-Lei nº 1.928 de 18 de fevereiro de 82. E que estabeleça como prioritário o pagamento de débitos em moedas estrangeiras, além de dar ao TCU competência para considerar como ato irregular de gestão o seu não cumprimento.

E o TCU espera

O Banco Central e o Banco do Brasil saldaram vários compromissos externos de empresas inadimplentes e o TCU adquiriu poderes até para declarar a inabilitação temporária dos dirigentes omissos para o exercício do cargo em comissão ou função de confiança nos órgãos do governo.

Ainda hoje, o TCU está esperando pela resposta.

Com quase 500 empresas e um orçamento na ordem de 33 trilhões de cruzeiros para este ano, é praticamente impossível, com os mecanismos atuais, detectar e coibir os abusos das empresas estatais.

— É possível controlar as estatais — afirma o paulista Nelson Mortada, titular da Secretaria de Controle das Empresas Estatais — **SEST** —, órgão da Secretaria do Planejamento que foi criado por obra do Decreto nº 84.128, de 1979, justamente para evitar que o dinheiro do contribuinte fosse gasto sem o menor respeito.

Mas o que pode fazer o pobre

Mortada com sua equipe de 40 técnicos e mais 40 auxiliares administrativos diante de pessoas tão influentes. E que, em última instância, são o próprio poder?

Teria de ser tarefa para um superministro, advertem alguns empresários, pois, diante de um corte da ordem de dois trilhões dos dispêndios globais das empresas estatais, Mortada passou a ser criticado em quase todos os setores do governo, sob a acusação de falta de critério.

— Discutimos setor por setor, caso por caso, explica Mortada. O aspecto principal da questão foi a verificação de como está sendo financiado este gasto: se com recursos gerados pela própria receita da empresa ou com créditos. E com o corte, procurou-se diminuir o orçamento e dirigir a redução sobre gastos financiados por operações de crédito, com o objetivo de diminuir o déficit público.

Entre as atribuições da **SEST**, preconizadas em lei, está a de elaborar as propostas de limites máximos de dispêndios globais das empresas estatais e a de acompanhar sua gestão, para saber da eficiência, desempenho, operacionalidade, rentabilidade e situação econômico-financeira.

Cortados!

Teoricamente, Mortada também tem autoridade para decidir, através de parecer, sobre a criação de novas estatais e estabelecer níveis salariais de seus dirigentes. Mas tudo tem sido muito difícil para os rapazes da **SEST**, desde o começo de sua implantação.

Durante a elaboração do primeiro orçamento, um técnico da **SEST** ouviu de um irritado e agressivo dirigente de uma estatal:

— Não lhe forneço os números de minha empresa.

E não forneceu mesmo.

Pode constatar-se que os limites de gastos nunca foram respeitados. Se é proibido ultrapassar os limites de gastos, os senhores das estatais dão um jeito de executar obras e atrasar pagamentos a fornecedores e empreiteiros. Este é apenas um dos artifícios usados por várias estatais para burlar o controle da **SEST**. Foi publicada uma resolução para acabar com tal prática; mesmo assim, o Estado-empresário ainda não tinha resolvido levá-la em consideração. Foi preciso a intervenção do Serviço Nacional de Informações, **SNI**, para saber quais eram os dirigentes reincidentes.

Uma pequena esperança

Nem tudo está perdido, no entanto: no aspecto prático, Nelson Mortada conseguiu pelo menos um avanço através da **SEST**. Hoje já é possível identificar claramente o universo das estatais, indicando sua dimensão, o que fazem, o que produzem, composição dos seus custos financeiros, e ele ainda admite um aperfeiçoamento daqui para a frente, o que, aliás, condiz com a política do ministro Delfim Neto, de centralizar as ações globais das estatais.

Para José Geraldo Piquet Carneiro, Coordenador do Programa Nacional de Desburocratização e membro da Comissão de Desestatização, o principal problema do Estado-empresário no Brasil, é a falta de controle político.

— É tão grande e multiforme o sistema estatal que nem a imprensa, o Congresso ou o próprio governo podem exercer um controle político, definindo o que as empresas devem ou podem fazer.

Fernando Oliveira, secretário da Secretaria Central de Controle Interno — **SECIM** — da Secretaria de Planejamento, órgão central do

sistema de administração financeira, contabilidade e de auditoria no âmbito federal, acha que os dispêndios das estatais poderão ser perfeitamente controlados a partir do momento em que se montar um esquema igual ao aplicado na administração direta.

— Na administração direta — explica — é praticamente impossível estourar um orçamento.

Uma piada

A partir deste ano, a auditoria nas empresas do serviço público, incluindo as estatais, serão feitas pela **SECIM**. Até o ano passado, cada ministério se encarregava de sua auditoria, com pessoal próprio, e encaminhava os resultados ao Tribunal de Contas da União.

— Esse procedimento é um absurdo — afirma Fernando Oliveira. Quem iria brigar com o seu patrão?

Quer dizer, os auditores contratados dos ministérios acabavam, segundo Oliveira, apresentando resultados do interesse dos dirigentes, sem que eventuais irregularidades fossem apontadas. Houve fortes reações contra o trabalho dos auditores da **SECIM**.

— Mas isso não impedirá que, neste ano, 547 empresas da administração direta e indireta sejam auditadas pela **SECIM** — confirma.

A verdade é que ninguém ainda descobriu a fórmula mágica para enfrentar os senhores do Estado-empresário brasileiro, e saber até que ponto manda um alto burocrata, como o presidente da **Petrobrás**, Shigeaki Ueki, que conseguiu vencer o duelo com o seu superior hierárquico, o ministro das Minas e Energia, César Cals, na recente nomeação de um dirigente estatal.

David Renault,
da sucursal de Brasília.